



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2013/2014

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SC002081/2013
DATA DE REGISTRO NO MTE: 26/08/2013
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR044630/2013
NÚMERO DO PROCESSO: 46305.001375/2013-96
DATA DO PROTOCOLO: 09/08/2013

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND TRAB IND CONS CIVIL MOB ARTEF CIM POMERODE, CNPJ n. 72.531.544/0001-90, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ROLF SCHUMANN;

E

SINDICATO DA IND DA EXTR DE PEDREIRAS NO EST.S CATARINA, CNPJ n. 80.671.837/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARCO AURELIO EICHSTAEDT;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de julho de 2013 a 30 de junho de 2014 e a data-base da categoria em 01º de julho.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DO MOBILIÁRIO, DE ARTEFATOS DE CIMENTO, MINERAÇÃO, USINAS DE CONCRETO E DE ASFALTO, INDÚSTRIA CIMENTEIRA, INDÚSTRIA DE MÁRMORES E GRANITOS**, com abrangência territorial em **SC-Pomerode**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS

Os pisos salariais da categoria profissional, a partir de 01 de julho de 2013, para uma carga de trabalho mensal de 220 (duzentas e vinte) horas, serão os seguintes:

Funções	Valor Mensal	Valor p/Hora
---------	--------------	--------------

• · Operador de Máquinas e Equipamentos	R\$ 1.040,60	R\$ 4,73
• · Motoristas	R\$ 849,20	R\$ 3,86
• · Auxiliares de Serviços Gerais	R\$ 805,20	R\$ 3,66

Parágrafo Primeiro: Sobre os pisos salariais, não incidirá o percentual negociado na cláusula primeira.

Parágrafo Segundo: O piso de Operacional de Indústria se aplica aos empregados lotados e/ou vinculados a empresas que tenham parques fabris.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

As empresas integrantes da categoria econômica reajustarão os salários de todos os empregados, mediante a aplicação do percentual de **8,00% (oito por cento)**, a partir de 01 de julho de 2013 calculado sobre os salários de julho de 2012.

Parágrafo Primeiro: As empresas que no período de julho de 2012 a junho de 2013 concederam reajustes ou antecipações salariais, lineares ou não, ficam expressamente autorizadas a compensar o percentual negociado, constante do *caput* desta cláusula.

Parágrafo Segundo: Os empregados que foram admitidos entre os meses de julho de 2012 e junho de 2013, receberão a correção salarial proporcional aos meses trabalhados, apurada com base no índice total negociado.

Parágrafo Terceiro: Os empregados dispensados no mês de julho de 2013 farão jus ao reajuste negociado.

Parágrafo Quarto: Com o pagamento do reajuste salarial previsto neste instrumento, as empresas integrantes da categoria econômica, recebem do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, do Mobiliário e de Artefatos de Cimento de Pomerode, plena e geral quitação do período revisto (julho de 2012 a junho de 2013).

Pagamento de Salário Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

As empresas que pagarem os salários de seus empregados através de cheques deverão conceder-lhes, dentro do expediente bancário, o tempo necessário para que possam recebê-los na respectiva agência bancária.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA SEXTA - PRÊMIO APOSENTADORIA

O empregado que após 10 (dez) anos de atividade na mesma empresa obtiver aposentadoria especial, por invalidez ou por tempo de serviço, fará jus à percepção de um prêmio correspondente a 02 (dois) meses de sua remuneração, que serão pagos na efetivação da aposentadoria e com o efetivo desligamento, sem quaisquer reflexos e encargos trabalhistas e/ou previdenciários.

CLÁUSULA SÉTIMA - RECEBIMENTO DE PIS

A empresa liberará o empregado para efetuar o saque do PIS (abono) por 02 (duas) horas, numa sexta-feira, de acordo com o calendário específico para tal fim. Ficam excluídas as empresas que mantêm convênio com agência bancária para essa finalidade em suas dependências.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA OITAVA - - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Os empregados que completarem 01 (um) ano ou mais de serviço na mesma empresa, receberão, a título de adicional por tempo de serviço, o percentual de 1% (um por cento), que incidirá sobre o salário base, acumulável anualmente, até o limite de 15% (quinze por cento).

Outros Adicionais

CLÁUSULA NONA - ABONO DE FALTAS AO EMPREGADO

Será abonada a falta do empregado no caso de necessidade de acompanhamento na internação hospitalar de dependente de até 12 (doze) anos de idade ou portadores de necessidades especiais, mediante comprovação do internamento hospitalar, devendo o empregado compensar estas faltas durante a vigência da presente Convenção, limitando-as a 5 (cinco) por ano.

CLÁUSULA DÉCIMA - SEGURO DE VIDA

As empresas, às suas expensas, a partir de 01 de agosto de 2012, deverão contratar seguro de vida em grupo para todos os seus empregados, podendo ser através da **CBIC – CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO** ou do **CIESC – CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, devendo ser respeitada a contratação mínima disposta no quadro abaixo.

MORTE
qualquer causa

Titular
(até 100%)
RS 15.000,00

INVALIDEZ
p/ acidente
permanente

Titular
(até 100%)
RS 15.000,00

INVALIDEZ
funcional total p/
doença IFTPD

Titular
(até 100%)
RS 15.000,00

MORTE
qualquer causa

Cônjuge
(-50%)
RS 7.500,00

Parágrafo Primeiro: As empresas que já possuem seguro de vida em grupo para seus empregados, poderão mantê-lo desde que a apólice contemple as coberturas mínimas acima estabelecidas, e que a empresa efetue o pagamento do prêmio correspondente às indenizações previstas nesta cláusula.

Parágrafo Segundo: A contratação do seguro, sua manutenção e pagamento de benefícios, inclusive complementares, serão realizados de acordo com as normas estipuladas pela Susep – Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo Terceiro: Respeitadas as normas estipuladas pela Susep - Superintendência de Seguros Privados, as empresas manterão a contratação do seguro acima, durante a vigência do contrato de trabalho e da presente Convenção Coletiva de Trabalho, ainda que o empregado esteja afastado pela Previdência Social.

Parágrafo Quarto: O valor correspondente ao seguro previsto nesta cláusula será compensado de qualquer importância cujo pagamento venha a ser exigido da empresa, a título de acidente de trabalho.

Parágrafo Quinto: O valor correspondente será convertido em indenização na hipótese de ocorrer o infortúnio e a empresa não tiver celebrado a contratação do seguro.

Contrato de Trabalho □ Admissão, Demissão, Modalidades

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AVISO PRÉVIO DISPENSA

É dispensado o cumprimento do aviso prévio integral, dado pela empresa, no caso do empregado obter novo emprego antes do respectivo término, mediante declaração da empresa empregadora, sendo-lhe devida, em tal caso, a remuneração proporcional aos dias efetivamente trabalhados.

Parágrafo Único: Ocorrendo o previsto no *caput* desta cláusula, a data para pagamento e homologação das verbas rescisórias, será a que representar o menor prazo, observado o que prevê a alínea “b”, do parágrafo 6º, do artigo 477 da CLT, ou a anteriormente fixada.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EMPREGADO SEM REGISTRO

Constatado pelo empregado, pelo Sindicato da Categoria Profissional, ou pelo órgão competente do Ministério do Trabalho, que a empresa deixou de efetuar o registro do empregado por ocasião da admissão na empresa, esta pagará ao mesmo, a

título de multa indenizatória, o valor correspondente a 100% (cem por cento) do menor piso salarial da categoria, independente da autuação do órgão fiscalizador competente.

Relações de Trabalho Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Geral

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GARANTIAS ESPECIAIS

O empregado integrante da CIPA, efetivo ou suplente, eleito para representar os empregados, tem garantido o emprego ou o salário desde o registro da candidatura até 01 (um) ano após o término do mandato.

incorporar, até o seu retorno ao trabalho, após sua desincorporação, dispensa ou suspensão temporária da prestação do serviço militar, desde que apresente o comprovante de aptidão à empresa no prazo de 05 (cinco) dias.

Parágrafo Único: Na hipótese de dispensa, quanto à letra “b”, o empregado fará jus à indenização correspondente, sem quaisquer reflexos e encargos trabalhistas e/ou previdenciários.

Outras estabilidades

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - HOMOLOGAÇÕES

Os contratos de trabalho superiores a 06 (seis) meses, quando rescindidos, serão homologados pelo Sindicato da Categoria Profissional para que surtam efeitos legais, de acordo com o artigo 477, parágrafo 1º, da CLT.

Jornada de Trabalho Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PROGRAMAÇÃO E COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

As empresas integrantes da categoria econômica poderão prorrogar a jornada de trabalho diária em até 02 (duas) horas, de segunda a quinta-feira, reduzindo a jornada de trabalho nas sextas-feiras, totalizando 44 (quarenta e quatro) horas semanais, como forma de compensar o sábado, atendendo o disposto nos artigos 59, parágrafo segundo, e 413, da CLT, sem que o excedente diário seja considerado como hora extraordinária.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PRORROGAÇÕES DA JORNADA DE TRABALHO

As prorrogações da jornada de trabalho, excetuadas as hipóteses da cláusula anterior, serão remuneradas com o adicional de horas extras de 50% (cinquenta por cento), nos dias normais da semana, e de 100% (cem por cento), nos domingos e feriados.

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - REDUÇÃO DE INTERVALO

Ficam as empresas autorizadas a requerer junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos da Portaria nº 1.095, de 19 de maio de 2010, a redução do intervalo para refeição e descanso, previsto no parágrafo 3º do artigo 71 da CLT, **de 01h00min para 00h30min**, em quaisquer de seus turnos de trabalho.

Parágrafo Único: O previsto no *caput* desta cláusula será concedido pelas empresas, por unidade, departamento, setor, ou grupo de empregados, objetivando a manutenção das atividades e fruição adequada do intervalo de conformidade com a capacidade de atendimento dos refeitórios.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - INTERVALO PARA LANCHE

As empresas poderão conceder diariamente intervalo de 30 (trinta) minutos para café ou lanche, podendo referido intervalo ser dividido em 15 (quinze) minutos na parte matutina e 15 (quinze) minutos na parte vespertina do dia ou ainda 30 (minutos) corridos, de manhã ou a tarde, podendo esse tempo ser acrescido ao final da jornada diária sem que seja considerado hora extraordinária. As empresas, diante de suas particularidades de produção poderão escalonar o horário por turmas de empregados, não sendo necessário que todos os funcionários tenham o intervalo em mesmo horário.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - BANCO DE HORAS

O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DO MOBILIÁRIO E DE ARTEFATOS DE CIMENTO, MINERAÇÃO, USINAS DE CONCRETO E DE ASFALTO, IND. CIMENTEIRA E IND. DE MARMORES E GARMITOS DE POMERODE, e o SINDICATO DAS INDUSTRIAS DA EXTRAÇÃO DE PEDREIRAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, poderão celebrar ACORDO COLETIVO DE BANCO DE HORAS mediante negociação coletiva própria, atendendo a Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998.

Férias e Licenças

Férias Coletivas

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FÉRIAS PROPORCIONAIS

O empregado que rescindir espontaneamente seu contrato de trabalho, antes de completar 01 (um) ano de serviço, terá direito ao recebimento de férias proporcionais, à razão de 1/12 (um doze avos) da respectiva remuneração mensal, por mês completo de trabalho ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Exames Médicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - VALIDADE DO EXAME OCUPACIONAL

Fica ampliado o prazo de dispensa da realização do exame médico demissional em mais 60 (sessenta) dias, conforme item 7.4.3.5.2 da Portaria nº 8, de 08 de maio de 1996, da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho, além dos 90 (noventa) dias já concedidos na mesma norma, conforme item 7.4.3.5., em exames ocupacionais emitidos pelo SECONCI, totalizando 150 (cento e cinquenta) dias. Na homologação da rescisão de contrato, as empresas deverão apresentar perante o Sindicato Categoria Profissional, cópia do último exame médico ocupacional.

Parágrafo Único: Para os empregados que sofreram acidente de trabalho nesse período, ou tiveram retornado de auxílio-doença previdenciário, serão aplicados os prazos previstos na Norma Regulamentadora.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

A empresa que possuir médico próprio ou conveniado, somente estará obrigada em aceitar atestados obtidos pelos empregados junto a profissionais particulares, entidades privadas ou públicas, para efeito de abono de faltas ao trabalho, se estes forem apresentados ao médico da empresa ou conveniado.

Parágrafo Único: Os atestados fornecidos por médicos e dentistas do Sindicato da Categoria Profissional, serão plenamente aceitos pelas empresas, atendidos os regulamentos internos, somente para efeito de controle da saúde ocupacional.

Relações Sindicais

Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - SINDICALIZAÇÃO

Na admissão do empregado, a empresa apresentará proposta de sindicalização, conforme modelo fornecido pelo Sindicato Profissional, para que o mesmo opte pela sindicalização ou não. Independente da opção, a proposta preenchida terá que ser enviada ao Sindicato Profissional no mês da contratação.

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ACESSO DO REPRESENTANTE SINDICAL À EMPRESA

O dirigente sindical, no exercício de suas funções, terá garantia de acesso à empresa dentro do horário normal de funcionamento desta, mediante comunicação escrita à direção da empresa, com 24 (horas) de antecedência, sendo que em caso de aprovação responsável do setor ou da obra.

Representante Sindical

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - REPRESENTAÇÃO

A presente Convenção Coletiva de Trabalho tem origem em negociação realizada entre Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, do Mobiliário e de Artefatos de Cimento, Mineração, Usinas de Concreto e de Asfalto, Ind. Cimenteira e Ind. De Mármore e Granitos de Pomerode- SC e Sindicato das Indústrias da Extração de Pedreiras do Estado de Santa Catarina – **SINDIPEDRAS**.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA

As empresas descontarão durante a vigência da presente Convenção Coletivas de Trabalho, de todos empregados não associados ao Sindicato da Categoria Profissional, a quantia equivalente a 1% (um por cento) da sua remuneração mensal, a título de contribuição confederativa, prevista na Constituição Federal.

Parágrafo Primeiro: Quando se tratar de empregados de Subempreiteiras, a responsabilidade pelo repasse elencado nesta cláusula, fica de inteira responsabilidade da empreiteira responsável pela obra.

Parágrafo Segundo: Fica garantida a manifestação de oposição dos empregados, sendo que os integrantes da categoria profissional poderão, até 10 (dez) dias após a data da assinatura deste, comparecer ao Sindicato da Categoria Profissional

para apresentar sua manifestação de oposição à presente contribuição, com cópia à empresa, sendo vedado a esta o envio de relação de oposição.

Parágrafo Terceiro: O Sindicato da Categoria Profissional ficará responsável por eventuais reclamações e ônus que resultar do cumprimento desta cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DESCONTO DA CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL CONFORME ART. 513, ALÍNEA \square E \square , DA CLT

Conforme decisão da Assembléia Geral realizada na data de 17 de junho de 2013, ficou estabelecido que por conta do fechamento da Convenção Coletiva de Trabalho, as empresas deverão efetuar desconto em favor do Sindicato da Categoria Profissional, a título de contribuição negocial, na seguinte forma e respectivas datas: nos meses de agosto e novembro de 2013, o valor correspondente a **2% (dois por cento) da remuneração de cada empregado(a), não excedendo o desconto o valor máximo e mensal, o limite de R\$ 25,00 (vinte reais)** Os respectivos valores deverão ser repassados ao Sindicato da Categoria Profissional até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao do desconto.

Parágrafo Primeiro: Fica garantida a manifestação de oposição dos empregados, sendo que os integrantes da categoria profissional poderão, até 10 (dez) dias após a data da assinatura deste, comparecer ao Sindicato da Categoria Profissional para apresentar sua manifestação de oposição à presente contribuição, com cópia à empresa, sendo vedado a esta o envio de relação de oposição.

Parágrafo Segundo: O Sindicato da Categoria Profissional fica responsável por eventuais reclamações e ônus que resultarem do cumprimento desta cláusula

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DESCONTO DE MENSALIDADES

As empresas descontarão em folha de pagamento, a favor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, do Mobiliário e de Artefatos de Cimento de Pomerode, o valor de R\$15,00 (quinze reais) relativo à mensalidade fixada aos seus associados. O repasse das mensalidades descontadas se dará no máximo até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do desconto, cabendo ao Sindicato Profissional fornecer relação nominal e o valor da mensalidade de cada empregado associado até o dia 25 (vinte e cinco) do mês anterior.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ASSISTÊNCIA SINDICAL NAS RESCISÕES CONTRATUAIS

Na assistência sindical nas rescisões contratuais o Sindicato dos Trabalhadores exigirá a apresentação dos seguintes

documentos: termo de rescisão contratual em seis **(6) vias**, carteira profissional, aviso prévio ou pedido de demissão, extrato do FGTS, guias para Seguro Desemprego (nos termos da Instrução Normativa 2, de 12/03/92, da Secretaria Nacional do Trabalho), atestado demissional (nos termos da portaria 24, de 29/12/94, NR-7, item 7.4.3.5, da Secretaria Nacional do Trabalho).

Disposições Gerais

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - PENALIDADES

A parte que descumprir o presente instrumento sofrerá uma multa correspondente a 10% (dez por cento) do menor piso da categoria profissional, por empregado e por infração, revertendo o valor em favor da parte prejudicada (empregado) ou Sindicato).

Parágrafo Único: A penalidade a ser aplicada em decorrência de descumprimento da disposição da cláusula 20, será limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do valor devido.

ROLF SCHUMANN

Presidente

SIND TRAB IND CONS CIVIL MOB ARTEF CIM POMERODE

MARCO AURELIO EICHSTAEDT

Presidente

SINDICATO DA IND DA EXTR DE PEDREIRAS NO EST.S CATARINA